

AS REVOLUÇÕES FRANCESAS.
(A PROPÓSITO DE RECENTE LIVRO
DE ALBERT SOBOUL) (1).

CARLOS GUILHERME MOTA

Instrutor da Cadeira de História da Civilização Moderna
e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras da Universidade de São Paulo.

Os estudiosos das Revoluções de 1789 e 1848 na França, e das revoluções em geral, já podem contar com uma preciosa coletânea de artigos sobre aqueles movimentos que marcaram os inícios da história contemporânea. A publicação de tal coletânea é tanto mais importante, quando os artigos mencionado são de autoria de alguém que já se constitui em mais um importante ponto de referência na tradição dos estudos da Revolução Francesa deixada por Jaurés, Mathiez e G. Lefebvre. Além disso, ao estudioso brasileiro das Revoluções Francesas, nem sempre é fácil o acesso às publicações em que saíram originalmente os trabalhos de Soboul nos últimos quinze anos. E' o caso de alguns números antigos de *La Pensée*, bem como dos *Annales Historiques de la Révolution Française*, ou das *Actes des Journées d'étude organisées à Dijon pour la commémoration du 220e anniversaire du Contrat Social* (Paris, 1964). Finalmente, tal publicação apresenta interesse por oferecer ao público uma faceta pouco conhecida de Albert Soboul, que é a do articulista. Articulista que sabe deixar, nas entrelinhas de análises de problemas concretos, sugestões de natureza metodológica extremamente úteis aos leitores que rejeitam os esquematismos que inundam a historiografia contemporânea — e que não são exclusivos da historiografia marxista.

Numa breve introdução aos artigos, o Autor lembra que a

“história social responde diretamente a um estado de espírito”.

E somente depois de serem integrados em

“sua dimensão social que o episódico ou individual retomam toda sua significação histórica” (pág. 5).

(1). — Soboul (Albert), *Paysans, Sans-Culottes et Jacobins*. Paris. Librairie Clavreuil. 1966. 386 páginas.

Soboul é moderno quando repele a tradição da história social em seu apêgo ao descritivo pelo descritivo. Com Georges Lefebvre, lembra que não basta descrever: “é necessário contar”, medir. Essa orientação de Lefebvre foi hipertrofiada por certos setores da historiografia contemporânea: da descrição pela descrição, antiga, passou-se à mensuração pela mensuração, contemporânea. A isso reage Soboul: deve-se medir, sim, em história social,

“com a condição de que nenhum dado quantitativo seja isolado” (pág. 7). Até porque “não há curva de salários historicamente válida sem a curva correspondente de preços e sem uma análise do orçamento popular”.

Quanto ao fetichismo notado nos últimos tempos em relação ao método quantitativo, lembra ainda o Autor que, em história, não deve o pesquisador enganar-se com a discutível “certeza”, nem com a aparente “precisão”: estará distanciando-se do real aquêlo que esquecer que nem sempre os dados quantitativos, postos num gráfico, explicitam os antagonismos entre as diversas categorias sociais, e que tais antagonismos são *específicos* segundo o tempo e o lugar considerados. Há, além disso, certos problemas que ultrapassam a *constatação* das flutuações observadas nas curvas dos gráficos. Por exemplo, a verdadeira tarefa do historiador não consiste em fazer o levantamento da riqueza ou da pobreza de uma certa categoria social num momento dado, mas sim em saber como *se torna* rica ou como *permanece* pobre tal categoria. E’ a partir de questões dessa ordem que o Autor chega à conclusão de que

“a medida estatística não é válida se não fôr apoiada por conceitos de base claramente elaborados” (pág. 9).

A rejeição dessa exigência reconduzirá o historiador aos velhos tempos da descrição pela descrição... Após lembrar que, de uma maneira ampla, os eventos ligados à luta de classes podem ser desmembrados estatisticamente, quer individuais (como os crimes no campo dos séculos XVIII e XIX), quer sejam coletivos (como as greves dos séculos XIX e XX), o Autor lança o desafio: afinal, a consciência de classe não requer análises essencialmente *qualitativas*? E seu desafio é sólidamente lastreado. Soboul sabe melhor que ninguém que se pode tentar uma análise quantitativa da *sans-culoiterie* parisiense no século XVIII (2). Mas a realidade é mais complexa:

“como fazer corresponder dados numéricos à noção de *sans-culottisme*, que definam não mais critérios econômicos e condições

(2). — Consulte-se sua tese *Les Sans-culottes parisiens à Van II*, Paris, Clavreuil, 2ª edição. 1959. 1168 páginas.

de vida, mas uma prática política, um comportamento coletivo e uma moral social?” (pág. 12).

Tal problema somente se coloca porque, para o Autor, há

“acontecimentos da psicologia social que não são apropriados a uma tradução em símbolos e em quadros estatísticos”.

Então, a formação do historiador impõe algo mais complexo que a do *descobridor de documentos-montador de gráficos*: o equipamento conceitual é que permitirá a iluminação das realidades *pressentidas* por tais gráficos. Sem êsse equipamento, de nada valerão as curvas que porventura — e no máximo . . . — consiga estabelecer.

Dos doze artigos contidos na coletânea, há dois que se sobressaem do conjunto, por apresentarem interêsse especial. São êles: “*Problèmes du travail en l’an II e Classes populaires et rousseauisme*, publicados em 1956 e 1964, respectivamente, nos *Annales Historiques de la Révolution Française*.

No primeiro, o Autor deixa claro que a Revolução de 1789 difere de outras revoluções posteriores — inclusive a de 1848 — por não trazer em seu bojo preocupações com os problemas do trabalho. Mais que tudo, era a propriedade o grande objeto dos direitos imprescritíveis do homem: tal acontecia porque o trabalho não era concebido como uma função social. A burguesia revolucionária de 1789 a 1794, não cuidou dos

“problemas do trabalho nem em si mesmos, nem em função dos trabalhadores, mas sim em relação aos seus interêsses de classe” (pág. 121).

Já pelo ângulo dos trabalhadores, Soboul mostra que o “mundo do trabalho” não tinha condições para opor suas concepções às da burguesia, porque estava pulverizado entre a economia artesanal dominante e a grande indústria nascente. Numa palavra:

“desprovido de qualquer consciência de classe” (pág. 122).

Situa nitidamente a *sans-culotterie* e seu tipo de consciência — que muitos são tentados, erroneamente, a assemelhar à proletária — de maneira a mostrar que,

“se a burguesia colocava a propriedade no cerne do trabalho social, a *sans-culotterie*, sob sua influência, não concebia jamais o trabalho senão em função da propriedade” (pág. 122).

Soboul mostra como o vocabulário dá conta de tais imprecisões dos limites sociais dêsse grupo, bem como da marca que o artesanato ainda imprime a seus membros, é o ofício ou a corporação que en-

gendra a qualificação . . . mas “não a noção de trabalho” (pág. 123). São trabalhadores que não se destacam na Revolução,

“nem pelo pensamento, nem pela ação” (pág. 126).

Enquanto grupo independente. São marcados, sobretudo, pela pequena burguesia. A oposição não é dada, como se pode pensar, burguesia *versus sans-culotterie*, mas sim aristocracia *versus sans-culotterie* (pág. 127).

Fazendo a análise das reações elementares dos *sans-culottes* através dos documentos das várias Secções, vai Soboul matizando e precisando sua posição enquanto grupo social. Grupo social, mas não classe. Tais reações elementares indicam as contradições

“que refletem a composição social da *sans-culotterie* que, não constituindo uma classe, não podia conceber seu lugar exato na sociedade nem estabelecer um programa econômico e social coerente” (pág. 141).

E' dessa forma que o Autor delimita a questão, mostrando ser enganoso o comportamento do historiador que procura as generalizações a partir de analogias aparentes.

No artigo intitulado *Classes populaires et rousseauisme* Soboul, partindo da idéia de que as diversas correntes de pensamento do século XVIII.

“correspondem às diversas estruturas da sociedade do Antigo Regime”

e na Revolução encarnam-se em tais homens e tais grupos conforme a etapa do processo, quer saber do dentido “dêsse vago rousseauismo” (pág. 205), que impregna as massas populares parisienses entre 1793-1794. O artigo é cheio de interesse, uma vez que tem a preocupação em precisar os canais de difusão através dos quais se afirmou Rousseau no consenso popular. E o Autor tem preocupações em não considerar os meios populares como um bloco homogêneo, até porque

“as mesmas noções são carregadas de um sentido diferente conforme sejam utilizadas por tal ou tal categoria social” (pág. 209).

Entre os doze artigos, merecem referência, ainda, *Jean-Jacques Rousseau et le Jacobinisme* (1964), *Les troubles agraires de 1848* (1948) e *Personnel sectionnaire et personnel babouviste* (1960).

Em suma, a iniciativa da Librairie Clavreuil constitui-se num trabalho de grande utilidade para o estudioso das revoluções, ao mesmo tempo em que permite notar que Albert Soboul vem elaborando com lucidez e eficácia a metodologia que lhe assegura importante posição na vanguarda da historiografia contemporânea.